



## Interpeção Oral

Para além do próprio ambiente comercial, da optimização dos diplomas legais e da qualidade dos talentos, a capacidade de adaptação dos talentos às mudanças do ambiente social assume-se também como uma das mais importantes condições para se conseguir a competitividade suficiente para responder ao futuro desenvolvimento de Macau. A formação de talentos tem a ver com o sistema educativo e com a mobilização e utilização racional dos recursos de ensino. Depois do retorno à pátria, o Governo da RAEM implementou os 15 anos de escolaridade gratuita, transformando Macau na primeira região do nosso País com o ensino gratuito implementado. O Governo da RAEM criou também o Fundo de Desenvolvimento Educativo, para a optimização das condições de ensino das escolas privadas, elaborou o Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011 a 2020), e o Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior, e procedeu ainda à revisão do Regime educativo especial.

O Governo da RAEM espera, através desta série de regimes de gestão do ensino, formar talentos de elevada qualidade e reservá-los, em número suficiente, para o futuro desenvolvimento de Macau. A fim de aumentar a eficiência da gestão do ensino, de fazer bem a formação de talentos e garantir a qualidade do ensino básico, uma das principais missões do Governo da



RAEM é aperfeiçoar o mecanismo de fiscalização, garantindo o uso correcto e eficaz dos recursos educativos. Em 2015, descobriu-se que uma escola tinha recebido cerca de seis milhões de patacas de subsídios para o ensino especial, mas só uma parte, relativamente pouca, desses subsídios, tinha sido utilizada com os alunos do ensino inclusivo. Isto resultou em críticas do público contra a fiscalização indevida, que impede os alunos de obter os devidos apoios. Ainda em 2015, o Comissariado de Auditoria descobriu a falta de cuidado da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e do Fundo de Desenvolvimento Educativo quanto à fiscalização dos pedidos de subsídios das escolas privadas, situação que resultou em abusos do erário público por parte de algumas escolas, e que só desfavorece o desenvolvimento educativo.

Sendo assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Com vista ao bom e efectivo aproveitamento dos fundos educativos, as autoridades devem estudar a criação de um serviço especializado destinado à fiscalização eficaz das finanças das escolas particulares. Vão fazê-lo?

2. Há certos projectos educativos que recebem apoio financeiro, portanto, as autoridades devem reforçar a fiscalização e avaliá-los, periodicamente, com vista a aferir da eficiência da sua implementação e a assegurar o bom aproveitamento dos recursos educativos. Já fazem isso?



3. Segundo o Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011 a 2020), “as despesas anuais com as remunerações e o regime de previdência do pessoal docente das escolas particulares, sem fins lucrativos, do regime escolar local, deverão constituir, pelo menos, 70% dos rendimentos certos e permanentes da escola”. As autoridades devem, via análises efectuadas em conformidade com este princípio, verificar se as remunerações do pessoal docente das escolas particulares atingem a devida percentagem, com vista a assegurar que as escolas apliquem os recursos públicos no desenvolvimento das actividades educativas. Já fazem isso?

26 de Janeiro de 2017

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong On Kei